



Médicos contestam proposta de internato

● ● ● As organizações médicas consideram que a proposta de alteração do regime jurídico do Internato Médico, apresentada recentemente pelo Ministério da Saúde (MS), contém “modificações substanciais, altamente gravosas, que irão influenciar a formação médica, a qualidade futura da medicina e, consequentemente, a prestação dos cuidados de saúde aos doentes”.

Com o objetivo de defenderem a qualidade da formação dos médicos e tomarem posição sobre esta questão, a Secção Regional do Centro da Ordem dos Médicos, o Sindicato Independente dos Médicos (SIM) e o Sindicato dos Médicos da Zona Centro (SMZC) marcaram uma reunião geral de médicos para quinta-feira, às 21H00, na sede da Ordem dos Médicos em Coimbra.

A esta reunião geral, que pretende “informar os médicos, debater as suas posições e apontar uma estratégia de intervenção”, associaram-se as faculdades de Medicina, a Associação dos Médicos de Medicina Geral e Familiar, a Associação Portuguesa dos Médicos de Carreira Hospitalar, o Conselho Nacional do Médico Interno da Ordem dos Médicos, a Associação Nacional de Estudantes de Medicina e as associações de estudantes das faculdades médicas (Núcleo de Es-



Arquivo-Luis Carregã

Proposta do Ministério da Saúde está a ser contestada pelos médicos

tudantes de Medicina/AAC e MedUBI).

Ministério “usurpa” competências da Ordem

No comunicado disponível no facebook da Secção Regional do Centro da Ordem dos Médicos, as organizações médicas subscritoras desta iniciativa alertam que, na proposta do MS, a Ordem passa a ter “um papel secundário na avaliação da qualidade da formação médica” e “a supervisão dos internatos médicos passa a ser da responsabilidade do MS.

Por outro lado, acentuam, o internato médico é reduzido a um ano, com a extinção do ano comum, “sem que seja apresentada uma alternativa que salvaguarde este período de formação”.

O MS propõe a criação

de “dois ramos básicos – o Tronco Comum Médico e Cirúrgico –, cuja estrutura e organização é confusa e mal esclarecida”, salienta o comunicado, destacando ainda que o acesso às especialidades médicas “é dificultado com novas regras ambíguas e favoráveis à criação de um número crescente de médicos indiferenciados”.

O comunicado apela à participação dos clínicos na reunião, sublinhando que “existe uma tendência crescente por parte do MMS para a apropriação de competências historicamente assumidas pelos médicos, através da sua Ordem, para negligenciar a qualidade da Medicina, desvalorizar o trabalho médico e desprestigiar o seu papel”.

|Dora Loureiro